



AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

**LIMA, Mônica Vieira de
GUIMARÃES, Janaína da Fonseca e Silva ¹**

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES (PPGFPI), MESTRADO PROFISSIONAL, CAMPUS PETROLINA

monicavl2016@hotmail.com.

Resumo: O objetivo desse trabalho é apresentar algumas questões sobre a categoria gênero, sua trajetória histórica, conceitos e desafios inerentes de uma sociedade desigual e misógina. Discute a relevância da formação docente permeada pelas discussões de gênero. O aporte teórico é embasado nas contribuições de Louro, Scott, Piscitelli, Miskolci, Foucault, Cortella, Fazenda, Saviani e Tardif. Na sociedade brasileira a discriminação e o preconceito estão impregnados, e quando se trata de gênero a situação tende a piorar. No tocante à escola, esta também contribuiu para manter esse status quo das diferenças entre meninos e meninas, apesar da negação dessa prática. É evidente a relevância dos estudos sobre gênero na busca da dizimação da discriminação e o primeiro passo se dá na formação de professoras/es, gestoras/es, no qual esse tema ainda recebe pouca visibilidade, reflexo de uma sociedade sexista. Nessa perspectiva a pesquisa desenvolve-se na secretaria estadual de educação do município de Petrolina. Os sujeitos da pesquisa são gestoras/es de escolas públicas estaduais de tempo integral em Petrolina, PE e a metodologia utilizada é a abordagem qualitativa. Apesar da fase inicial da pesquisa, os sujeitos já demonstram interesse em participar da formação, pois em seus discursos percebe-se a ausência na formação inicial e situações de enfrentamento cuja formação contribuirá para uma educação mais plural e, conseqüentemente, mais justa.

Palavras-chave: Educação, Formação docente, Gênero.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), UPE Campus Petrolina, PE. Especialização em História, Graduação em História, ambas pela mesma universidade, e-mail: monicavl2016@hotmail.com.

¹Professora Doutora em História, UFPE, Recife, PE, Profª Adjunta UPE Campus Mata Norte, Nazaré da Mata, PE, membro permanente do PPGFPI, UPE Campus Petrolina, PE, e-mail: janaina.guimaraes@upe.br



1 Introdução

Entender sobre práticas pedagógicas contextualizadas e interdisciplinares é papel importante da escola e de todos aqueles que nela trabalham, pois as instituições educativas e os agentes de formação existem ao longo do tempo com a função de tentar diminuir a distância entre aprendizagem e vivências. A instituição é, portanto, fundamental no lidar com conhecimentos, valores e seres humanos quando em processos de transformação. Alguns autores já defendem estas instituições como primordiais. Cortella (2008, p. 42) corrobora com essa idéia ao afirmar que o principal canal de conservação e inovação dos valores e conhecimentos são as instituições sociais, imprescindíveis para a sobrevivência dos seres humanos, já que esses dependem profundamente de processos educativos e desse prisma, a educação é o instrumento basilar para os seres humanos.

É nesta função que se encontra um valor imensurável da escola como um ambiente de possibilidades de articulação das relações de gênero e das vivências e conhecimentos sobre e para o mundo desta juventude em formação.

Sendo assim, uma educação

contextualizada e com práticas pedagógicas que abarquem o cotidiano das gestoras e gestores no fomento de práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras tem por meta a construção de um conhecimento que não se torne privilégio de poucos, destoantes dos contextos e vivências regionais, mas, sim, que aflore uma auto identificação e reconhecimento para que, assim, seja melhor ressignificada. É justamente nesta função que se encontra um valor imensurável da escola como instituição de possível articulação das questões de gênero e das vivências e conhecimentos sobre a temática já que este é um ambiente de perspectivas interdisciplinares que devem está em conformação com as políticas públicas de ensino e as necessidades contemporâneas por elas estabelecidas.

Neste sentido, é consciente da co-responsabilidade de todos os núcleos pedagógicos das instituições, mas em especial, do núcleo gestor que esta proposta surgiu. Diante de vivências pessoais como gestora, foi possível refletir sobre o despreparo e, muitas vezes, sobre o preparo aquém



das gestoras e gestores a respeito dos valores, da cultura, dos conceitos e dos pré- conceitos que permeiam o tema gênero e o cotidiano que circunda a vida das alunas e alunos. Constatando-se ser de grande importância um melhor preparo e debate sobre as questões em especial pela ótica de uma gestora ou de um gestor que sofre por não ter uma formação específica defendida nas políticas públicas. Segundo Vianna (2004) ressalta-se a importância da dimensão da incorporação do gênero nas políticas públicas de educação. No entanto, pouco se estabelece a respeito da necessidade de formação de professoras e professores, gestoras e gestores, situação de extrema importância para que haja dizimação da discriminação, maior visibilidade e reflexo desse tema nesta que é ainda uma sociedade bastante sexista. A esse respeito, Freire (2011, p.37) salientava que faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. Afinal, a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. É, por

isto, indissociável no contexto atual uma prática pedagógica intersetorial que abarque as dimensões sociais com a construção dos seres críticos. A respeito da formação docente Saviani elucidada que com um quadro de professores/as altamente qualificado e fortemente motivado trabalhando em tempo integral numa única escola, estaremos formando os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes (SAVIANI, 2009, p. 154).

A formação docente, já segundo Fazenda (2008), se dá através da interdisciplinaridade com a qual torna-se possível competências relativas às formas de intervenção e às condições que estabelecem um melhor exercício recuperando a magia das práticas. Para ela, esta prática pedagógica, no entanto, deve ser entendida como a prática profissional das professoras e professores antes, durante e depois da sua ação em classe com as alunas e os alunos. Desenvolvendo competências necessárias, diferentes saberes disciplinares (saberes da experiência, saberes técnicos e saberes teóricos) que interajam de maneira dinâmica



num contexto planetário (MORIN, 2015, p 25).

No tocante aos saberes docentes, Tardif (2005, p. 60) sublinha que a noção de saber engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes docentes, ou seja, aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, de saber-fazer e de saber-ser. E que nesse sentido, o saber profissional está, de certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores, dos lugares de formação, etc (TARDIF, 2005, P. 64). Segundo Tardif os professores são imersos em seus locais de trabalho por muitos anos, em detrimento disso há uma dificuldade em mudar esse legado da socialização escolar que permanece forte e estável através do tempo. Os alunos passam através da formação inicial para o magistério sem modificar substancialmente suas crenças anteriores a respeito do ensino.

De onde vêm os saberes docentes? O Eu pessoal com o tempo e as experiências do universo do trabalho

vai aos poucos se tornando o Eu profissional. Ou seja, os professores dizem que aprendem a trabalhar trabalhando.

É justamente aqui que se faz necessária uma formação continuada a fim de preencher as lacunas existentes na formação inicial, especificamente, uma formação voltada para as relações de gênero, visto que, na formação inicial houve lacunas, segundo depoimentos dos sujeitos neste artigo.

Cabe aqui mencionar uma década relevante, 1980, no qual textos críticos sobre gênero foram publicados e se tornaram referências clássicas nas discussões contemporâneas, como Scott, Butler, Haraway. Os trabalhos dessas pesquisadoras foram primordiais no debate feminista e nas questões sobre gênero, diferenças e poder, como afirma Adriana Piscitelli (2008, p.264). Os escritos críticos da década de 1980 foram importantes, pois questionavam os pressupostos presentes na distinção sexo/gênero, um dos motivos foi a fixidez e unidade que essa distinção conferia às identidades de gênero, ao formular a existência de uma base biológica imutável que dividia a humanidade em dois sexos e, conseqüentemente, em



dois gêneros (PISCITELLI, 2008, p. 264).

Trabalhos como os de Louro e Scott farão as seguintes proposições a respeito da conceitualização de gênero, Guacira Louro (1997, p. 22) compartilha a idéia de que as desigualdades entre homens e mulheres precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. Para Joan Scott (1988) gênero é a organização social da diferença sexual, em outras palavras, não se é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Butler (PISCITELLI, 2008, p. 265) explicita que gênero é relacional, é uma atividade performada para alguém, se desloca além do binário naturalizado, pois para ela o binário masculino/feminino não esgotaria o campo semântico do gênero.

Na sociedade brasileira a discriminação e o preconceito estão impregnados, e quando se trata de gênero a

situação tende a piorar. No tocante à escola, esta também contribuiu para manter esse status quo das diferenças entre meninos e meninas, apesar da negação dessa prática. É evidente a relevância dos estudos sobre gênero na busca da dizimação da discriminação e o primeiro passo se dá na formação de professoras/es, gestoras/es, no qual esse tema ainda recebe pouca visibilidade, reflexo de uma sociedade sexista. E quando se refere à sociedade sexista, esta tende a piorar se for a mulher negra, pois a esta é direcionada a dupla alteridade de gênero e raça, mulher e negra sustentada pelo sistema misógino (FERNANDES, 2016, p. 692). As autoras Butler e Scott fizeram uso da filosofia grega e cristã para ratificar a diferença entre o masculino e feminino fundando uma rígida hierarquização dos sexos. Outra colocação plausível é o capitalismo que ratifica a situação de inferioridade para a manutenção do sistema produtivo. É notório observar as explicações de dualidade entre o homem e a mulher, no qual ao primeiro é atribuído ser completo, inteligente, criação divina e a segunda, corpo, emoção, humana e imperfeita. Dessa forma, procurou-se e ainda procura-se atribuir à mulher a corporificação da sensualidade e no caso da negra, o seu corpo visto como animalesco e inferior ao do negro e da mulher branca, uma



constatação da dupla alteridade como acentuou Danubia de Andrade Fernandes (2016, p.694).

As questões de gênero perpassam pela cultura de uma sociedade preconceituosa e racista, por políticas públicas ausentes e por resistências de instituições religiosas, educacionais e governamentais que disseminam a “ideologia de gênero” como algo pernicioso e passivo de ocultamento social, a fim de manter a invisibilidade de uma parcela da sociedade que deve ser mantida na marginalidade – os marginais.

Miskolci (2018) em seu artigo intitulado “Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ideologia de gênero” ressalta diferentes grupos de interesse que lutam contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos e procura esmiuçar os verdadeiros interesses nessa “cruzada.” Segundo Miskolci (2018, p. 53) é urgente a desconstrução da política do medo, as pessoas tem agido performaticamente contra o Outro que denota medo e o torna inimigo, usando uma espécie de cruzada moral. O autor destaca que o movimento contra os direitos sexuais e reprodutivos teve início a partir do reconhecimento legal, em 2011 no Brasil, das uniões entre pessoas do mesmo sexo. A partir desse momento instituições

religiosas e outros seguidores tem buscado dirimir o “perigo” que ronda a sociedade. Fazem parte também dessa corrida moralista o movimento Escola Sem Partido, iniciado em 2004, que vem recebendo apoio de laicos, evangélicos, católicos e se uniram no combate à ideologia de gênero disseminando a ameaça que esse movimento traria às crianças e às famílias brasileiras. O interessante é que esse movimento e as discussões continuam, inclusive, influenciando, em 2015, as discussões dos Planos de Educação Estaduais e Municipais. Qual é o perigo da ideologia de gênero? Miskolci (2018, p. 53) esclarece que o “perigo da ideologia de gênero” está no medo das mudanças nas relações entre homens e mulheres, extensão de direitos a homossexuais e que é necessário mudar esses comportamentos que são a origem dos problemas sociais, ou seja, esse discurso é proferido a população como forma de justificar essa paranóia.

Miskolci (2018, p. 53) infere que a censura ao termo gênero nos planos educacionais denota não apenas um problema semântico, mas, principalmente um desejo de dar invisibilidade aos sujeitos e impedir a igualdade e autonomia das mulheres e segurança e respeito à vida de



homossexuais. Os religiosos são contra a pena de morte, no entanto, o preconceito, a discriminação e a violência denotam morte de forma indireta e às vezes, direta a partir de pré-conceitos instaurados ao longo dos séculos.

Apesar dos vários estudos sobre gênero e pesquisas valiosas nessa área, ainda há na sociedade brasileira a manutenção de relações sexistas e misóginas. Percebe-se também que a manutenção desse estado de coisas é fruto das relações de poder que segundo Foucault (1999, p.45) “poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir”. Não há uma preocupação com a questão de gênero e ainda muito negligenciada por parte de algumas instituições públicas, conforme relatado anteriormente. Ainda a esse respeito, vale pontuar a resistência enfrentada por grupos religiosos e conservadores no sentido de combater a “ideologia de gênero” suprimindo a temática em escolas de vários municípios do país, a exemplo de João Pessoa (PB) e Petrolina (PE). A lei INº 2.713, de 23 de junho de 2015 versa sobre o Plano Municipal de Educação de Petrolina, e em seu Art. 2º, diretrizes do PME, inciso III destaca a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da

cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Nesse artigo fica perceptível a supressão semântica da expressão “gênero” por “todas as formas de discriminação”, ratificando a invisibilidade daqueles considerados subalternos sociais.

Retomando Miskolci (2018, p. 53), ele destaca que mais do que nunca é necessário dissipar o fantasma da “ideologia de gênero” trazendo à luz o fato de que é preciso lutar para que os/as considerados/as subalternizados/as tenham a possibilidade de se encontrar no conceito de gênero a fim de serem acolhidos/as dentro do humano.

2 Metodologia

O trabalho apresentado trata-se de uma pesquisa-intervenção que tem por finalidade inicialmente reconhecer as necessidades dos sujeitos e a partir destes dados colocar em ação procedimentos que visem sanar as questões da pesquisa, a saber: Gestores e gestoras estão aptos a estimular a abordagem das relações de gênero nas Escolas públicas de tempo integral de Petrolina? No contexto de suas formações, quais as contribuições para o saber-fazer das gestoras e gestores acerca das relações de gênero?



O desenho da pesquisa baseia-se numa abordagem qualitativa que utiliza na perspectiva metodológica a Análise de Conteúdo Bardin (2016), cujo método na organização da análise está dividido em três pólos cronológicos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Para tanto, terá como lócus as Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral do Município de Petrolina-PE sendo seus gestores, cerca de 11, os sujeitos da pesquisa.

Em termos metodológicos serão seguidos três momentos. Cada qual servindo de passo para posteriormente elucidar o objetivo final do trabalho. O primeiro momento é aonde se dará o questionário que versa sobre aspectos profissionais, em particular a formação dos gestores. Neste momento, utilizar-se-á de entrevistas gravadas e observações, caso necessário coleta de dados secundários através de banco de dados da escola.

O segundo momento é um momento de análise com

reconhecimento de fragilidades e possibilidades no saber-fazer das/os gestoras/es que findará na elaboração de um produto de caráter educativo que servirá de base para a intervenção a ser realizada no terceiro momento. O produto trata-se de um Módulo Educativo confeccionado a partir das necessidades das/os gestoras/es para o “melhor agir” diante de situações acerca das relações de gênero.

O terceiro e último momento, também denominado interventivo terá como objetivo final capacitar por meio de formação interdisciplinar gestoras e gestores das Escolas de Tempo Integral de Petrolina – PE a respeito do saber-fazer sobre a questão de gênero em ambientes educativos utilizando-se para tanto do produto educativo construído por meio da pesquisa com base nas necessidades reais dos sujeitos.

2.1 Participantes

Os sujeitos da pesquisa serão 11 gestores das Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral em Petrolina, PE. Serão critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa o fato de serem gestoras e gestores em Escolas de Tempo Integral do Município de Petrolina-PE, terem vínculo de cerca de um ano na função



no momento da pesquisa e serão critérios de exclusão não aceitarem por livre e espontânea vontade serem sujeitos ou estarem afastados mesmo que temporariamente de suas funções.

2.2 Sobre riscos e benefícios

Dado o caráter voluntário da pesquisa, não haverá qualquer benefício direto às entrevistadas e aos entrevistados. Todavia, há que se considerar o benefício indireto como sendo a possibilidade de contribuição na discussão sobre as práticas docentes, a interdisciplinaridade e as relações de gênero o que é, por si, questão de grande relevância para a comunidade. Além disso, uma formação acerca das relações de gênero para o saber-fazer dos/as gestores/as escolares trará possíveis contribuições para minimizar dificuldades no “melhor agir” diante de situações novas acerca da temática que possam ocorrer no ambiente escolar.

3 Resultados e Discussão

Quando os sujeitos da pesquisa foram questionado/as sobre o que compreendiam sobre gênero houve discrepâncias, algumas se aproximaram dos conceitos teorizados e outros/as não, conforme as falas

destacadas, como a do sujeito P2 “gênero é a diferenciação entre o homem e a mulher”, a do sujeito P5 “é a expressão que designa a identidade da pessoa, do humano na forma de ser e de se aceitar” e a do sujeito P4 “eu compreendo que trata-se de uma forma interdisciplinar que procura compreender as relações de gênero - feminino, transgeneridade e masculino - na cultura e sociedade humanas”. Em relação à formação, todas assinalaram interesse em participar e pontuaram já terem vivenciado situações para o “melhor agir” sobre essas questões na função de gestores/as e foi unânime a resposta quanto à formação inicial afirmando não ter havido o estudo sistematizado sobre as questões de gênero.

Considerando a fase inicial da pesquisa sobre gênero e partindo dos dados das entrevistas evidencia-se a necessidade de uma formação docente que corrobore com essa problemática vivenciada nos espaços sociais, em especial, nas escolas.

4 Conclusões

A Escola é um espaço de diversidade cultural cabendo a ela a função social de acolher os sujeitos em sua pluralidade. Em outras palavras, o que se espera da Escola é que ela seja esse espaço democrático onde haja lugar para todas as “tribos”.



Nesse ambiente basilar da educação, o saber docente é fundamental, pois cabe a ele lidar com todas as diversidades e adversidades inerentes de uma sociedade preconceituosa e sexista. E para lidar com esse estado de coisas, a formação docente inicial e continuada, é crucial para a consolidação desses saberes.

Uma formação docente pautada na interdisciplinaridade que vise um olhar humanizado sobre questões que permeiam a sociedade, em especial, as questões de gênero a fim de evitar a manutenção da discriminação numa sociedade sexista, tende a ser um aspecto solucionador acerca do tema abordado. É possível perceber ao longo desse artigo, a necessidade premente quanto a formação docente acerca das questões de gênero.

No tocante ao tema abordado aqui, as contribuições de alguns/as teóricos/as demonstram uma força epistemológica em relação ao termo gênero. Porém, o essencial não é a força semântica e sim a essência desse sujeito que deve ser respeitada, pois o/a Outro/a não pode ser prerrogativa de medo ou de perigo. Gênero é uma construção social, segundo Scott, uma performatividade conforme Butler e as desigualdades entre homens e mulheres

são fruto dos arranjos sociais e históricos de acordo com Louro. Há várias vertentes referentes ao gênero de acordo com o olhar e especificidade de cada teórica/o, contudo, o que não se pode deixar de ser visível é o respeito a essas diversas abordagens.

Ao longo desse artigo foi explicitado que grupos se uniram para combater a “ideologia de gênero”, num movimento que denominaram “cruzadas da moral”. No entanto, são imprescindíveis os esclarecimentos e as pesquisas constantes no que concernem as questões de gênero num movimento que culmine no respeito às autonomias dos sujeitos.

O que é primordial elencar aqui é que a essência do meu Eu não deve incomodar a essência do seu Eu, e que as relações com o/a Outro/a devem ser permeadas pelo respeito. É inconcebível que o/a Outro/a tenha o poder de desfazer as estruturas do meu Eu pelo simples fato da não aceitação da pluralidade.

5 Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CORTELLA, M. S. **A Escola e o Conhecimento – fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez Editora, 12ª ed. 2008.



FAZENDA, I. (Org.). **O Que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Danubia de Andrade. **O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude.** Estudos Feministas, Florianópolis. Setembro-dezembro/2016

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: 1997.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita Repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Exorcizando um fantasma: os interesses por trás**

combate à “ideologia de gênero”.

Cadernos Pagu. Unicamp. 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Cadernos Pagu, Unicamp. Sociedade e Cultura, v. 11, n.2 jul/dez. 2008. P. 263 a 274.

Plano Municipal de Educação de Petrolina – PME. Lei - Nº 2.713/2015

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação. V. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 14.10.2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

VIANNA, C. P. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil (1988-2002).** São Paulo: USP, 2004, p. 77 a 101. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org>

[g.br/files/genero%20texto%201%20\(texto%20completaR\).pdf](http://g.br/files/genero%20texto%201%20(texto%20completaR).pdf) >. Acesso em: 14.10.2017.